Pesquisa AtlasIntel

Decisão de Dias Toffoli que favoreceu Marcelo Odebrecht é rejeitada por 58%

Segundo levantamento feito a pedido do 'Estadão', apenas 25% disseram concordar com a determinação do ministro do Supremo, que anulou atos da Lava Jato contra o empreiteiro

ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA

A decisão do ministro Dias Toffoli que anulou todos os atos da Lava Jato contra o empreiteiro Marcelo Odebrecht é rejeitada por quase 60% dos entrevistados por uma pesquisa do Instituto AtlasIntel, feita a pedido do Estadão. Ao todo, 58,3% dos entrevistados disseram "discordar" da decisão do ministro. Outros 25,8% concordam com o despacho de Toffoli, e 15,8% dos entrevistados alegaram não saber.

OSTF foi procurado pela reportagem para comentar os números, mas não havia se manifestado até a noite de ontem.

A decisão de Dias Toffoli, da semana passada, trancou todos os atos da 13ª Vara da Justica Federal em Curitiba (PR) contra Marcelo Odebrecht. A Vara era comandada pelo exjuiz e atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) até 2018, durante o auge das investigações da Lava Jato. Os advogados de Marcelo Odebrecht alegaram que o caso dele era similar ao de outros réus que tiveram seus processos anulados em uma reclamação apresentada ao Supremo pelo presiden-te Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ainda em 2020.

Para Dias Toffoli, as mensagens entre procuradores da La-va Jato e Moro, obtidas por meio de um ataque hacker, deixam claro que houve conluio entre a acusação e o juiz. Nos diálogos, "fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal demo-crático", escreveu Toffoli, con-cluindo "que se revela incontestável o quadro de conluio processual entre acusação e defesa em detrimento de direitos fundamentais do requerente'

A pesquisa Atlas foi realizada entre os dias 25 e 28 deste mês. Foram ouvidas 1.650 pessoas por meio de questionários online, usando a metodologia Atlas Random Digital Recruitment (Atlas RDR). A margem de erro é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos (mais informações nesta página).

Nos últimos meses, Toffoli tem tomado várias decisões que beneficiaram delatores da empreiteira Odebrecht (reba-

tizada de Novonor) e de outros réus da Lava Jato. Em setembro passado, por exemplo, ele invalidou todas as provas obtidas nos sistemas de informática da empreiteira, para uso em quaisquer processos.

LULISTAS. Segundo o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, o índice de pessoas apoiando a última decisão de Dias Toffoli em favor de Marcelo Odebrecht se deve principalmente a eleitores do presidente Lula. Dentre este grupo, 37% disseram concordar com a decisão em favor do empresário. Já outros 36% discordam, e 27% disseram não saber opinar sobre o assunto.

"Quando se trata de Lava Jato, no eleitorado do Lula, a reação dominante acaba sendo esta. E isso se reflete também nas métricas de avaliação do Supremo. Aqueles que dizem que confiam (no Tribunal) são basicamente os lulistas. E os que dizem que não confiam são principalmente os bolsonaristas. Existe uma politização extrema da percepção sobre o STF. É como se fosse um partido. Você avalia o quanto você gosta do STF enquanto um ator político. A pesquisa mostra isso", diz Roman, que é dou-tor em Governo pela Universidade Harvard, dos EUA.

"Aqueles que dizem que confiam (no Supremo) são basicamente os lulistas. E os que dizem que não confiam são principalmente os bolsonaristas. Existe uma politização extrema da percepção sobre o STF. É como se fosse um partido. Você avalia o quanto você gosta do STF enquanto um ator político Andrei Roman CEO da AtlasIntel

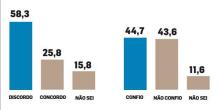
Ao anular os atos da 13ª Vara de Curitiba contra Marcelo Odebrecht, Dias Toffoli manteve a validade do acordo de delação do empreiteiro. Em entrevista ao Estadão, o diretor executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, destacou que a decisão de Toffoli manteve a blindagem

PESQUISA ATLASINTEL

Para CEO do instituto, polarização nacional reflete avaliação e confiança da população nos ministros do STF

Você concorda com a decisão de anular todos os atos contra Marcelo Odebrecht?

Você confia no trabalho e nos ministros do Supremo Tribunal Federal?



OBS.: PESOUISA FEITA ENTRE OS DIAS 25 E 28 DE MAIO DE 2024

de Marcelo Odebrecht contra

processos e investigações nos 12 países onde a empreiteira ad-

CONFIANÇA. Em geral, a confiança no trabalho do Supremo

tem saldo ligeiramente positi-

vo: 44,7% dizem confiar no tra-

balho e nos ministros do STF,

ante 43,6% que dizem não con-

fiar. Já 11,6% dizem não saber.

A área mais aprovada no traba-

lho da Corte é a "defesa da de-

mocracia", capitaneada por Alexandre de Moraes. A área

de "combate à corrupção" é a

com menos avaliação "ótima",

apenas 17%, e empata com "im-

parcialidade entre rivais políti-

cos" com a maior soma de "ruim" e "péssimo": 53%. Em relação à última pesqui-

sa Atlas sobre o tema, de feve-

reiro de 2024, a percepção so-

bre o trabalho do tribunal me-

lhorou um pouco: em feverei-

ro, apenas 42% diziam confiar

na instituição, ante 45% agora.

Naquele momento, 51% di-

ziam não confiar, o que é o ca-

A ministra Cármen Lúcia se-

gue sendo a integrante do Su-

premo mais bem avaliada pe-

los entrevistados, de acordo

com a pesquisa. Atualmente,

40% dos entrevistados têm

uma imagem positiva da minis-

tra. Outros 37% têm uma visão

negativa e 23% não souberam

opinar. Em relação à última

so de 44% agora.

mitiu ter pago propinas.

FONTE: ATLASINTEL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para entender

Questionário online prevê amostra da população

Amostra

Apesar de ser feita por meio de questionários online, a pesquisa Atlas não se confunde com uma simples enquete. No caso da pesquisa, o grupo entrevistado (chamado de "amostra") é controlado para que seja representativo da população bra sileira. Ou seja: o conjunto dos entrevistados possui características parecidas com o todo da população em termos de renda, escolaridade, sexo, região de mora-dia, faixa de idade e religião

• 'Anonimidade'

De acordo com o relatório do levantamento, "em comparação com pesquisas presenciais domiciliares ou em pontos de fluxo, RDR evita o eventual impacto psicológico da interação humana sobre o respondente na hora da entrevista". "O entrevistado pode responder o questionário em condições de plena anonimidade, sem temer causar uma impressão negativa para o entrevistador ou para pessoas que eventualmente podem estar ouvindo as respostas."

pesquisa Atlas sobre o tema, a percepção sobre Cármen Lúcia piorou um pouco: na última rodada, em fevereiro deste ano, 48% disseram ter uma visão positiva do trabalho dela.

Dias Toffoli aparece como tendo a imagem mais negativa entre todos os ministros do Supremo - 52% dos entrevistados disseram ter uma imagem negativa do ministro, e só 18% disseram vê-lo positivamente. Outros 30% não souberam responder. Em relação à última pesquisa, a queda é expressiva: naquele momento, 28% diziam ter uma imagem positiva do ministro.

Outro lado

Procurado pelo 'Estadão' para comentar os dados. o Supremo mas não havia se manifestado

O segundo ministro mais bem avaliado do Supremo, atualmente, é o ministro Ale-xandre de Moraes: 38% dos entrevistados têm uma visão positiva sobre ele, ante 44% que o veem negativamente. Outros 19% dizem não saber - é o menor porcentual de desconhecimento entre todos os integrantes do STF.

MORO. A pesquisa também questionou os entrevistados sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que manteve o mandato de Sérgio Moro, na terça-feira passada. O porcentual dos que acham que Moro deveria ter perdido o mandato é de 43,2%, ligeiramente maior do que o dos que concordam com a decisão do TSE (39,2%). Os índices estão tecnicamente empatados no limite da margem de erro. Outros 17,6% disseram não saber opinar. Segundo Andrei Roman, Moro acumula hoje rejeição tanto entre os eleitores de Lula quanto entre aqueles de Bolsonaro.

A corte eleitoral rejeitou um recurso do PT e do PL, que pretendiam cassar os mandatos de Moro e de seus suplentes. Luís Felipe Cunha e Ricardo Augusto Guerra. A acusação dos dois partidos era a de que Moro teria cometido abuso do poder econômico, uso indevido dos meios de comunicação, além de caixa 2 .